

ATA NÚMERO DEZASSETTE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2026

Aos dezanove dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e seis, nesta Freguesia de Cortiço, no edifício da Oficina do Ambiente, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Maria Luísa Dias Gomes, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, e João Manuel Pina Gomes, Vereadores. -----

Bruno Henrique Figueiredo Costa, Vereador, encontrava-se ausente, por motivos devidamente justificados. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos, pelas dez horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, bem como à Junta de Freguesia pela disponibilização do espaço onde decorreu a reunião e começou por entregar aos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, a informação síntese dos Processos da Serra da Esgalhada e da Zona Industrial de Juncais. -----

Iniciou a sua intervenção fazendo alusão aos incêndios que afetaram o concelho de Fornos de Algodres no dia oito de agosto, com particular incidência nas localidades de Cortiço, Vila Chã, Muxagata, Figueiró da Granja e Algodres, tendo neste sentido, manifestado o seu mais sincero agradecimento à população, pelo empenho demonstrado no combate aos mesmos, considerando que o seu contributo foi fundamental, não esquecendo, como é óbvio, o excelente trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, destacando, acima de tudo, o espírito de cooperação entre as mesmas, na proteção das respetivas aldeias. Dirigiu, igualmente, uma palavra de reconhecimento aos funcionários do Município de Fornos de Algodres pelo esforço e dedicação demonstrados durante a ocorrência, bem como aos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, na pessoa do Senhor Comandante, Armando Costa, e às restantes forças envolvidas no Teatro de Operações, salientando o trabalho realizado na mitigação dos impactos do incêndio. Por fim, manifestou a sua solidariedade para com todas as pessoas afetadas, nomeadamente as que sofreram perdas de bens e viram as suas propriedades atingidas pelas chamas. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente informou que o Município de Fornos de Algodres está a proceder ao levantamento dos prejuízos, em articulação com os serviços municipais, com o objetivo de apresentar uma exposição ao Governo, para que seja avaliada a possibilidade de apoio ao concelho, pretendendo, neste sentido, que sejam considerados mecanismos de apoio semelhantes aos que já existiram noutras situações, apesar de, felizmente, no passado, o concelho não ter reunido as condições necessárias para

beneficiar de tais programas. Salientou que, no ano em curso, uma vez que não ocorreu nenhum incêndio de grande dimensão que tenha afetado outros concelhos, poderá verificar-se que os referidos apoios não venham a ser replicados, o que considera injusto, visto que tal facto impedirá a atribuição de apoios às populações afetadas no concelho de Fornos de Algodres, pelo que será apresentada uma exposição aos Ministérios da Agricultura e da Administração Interna, procurando sensibilizar o Governo para a necessidade de apoiar os cidadãos do concelho, na reconstrução dos seus bens. -----

Prosseguiu a sua intervenção informando que, no âmbito das festividades e iniciativas realizadas no concelho de Fornos de Algodres, esteve presente nas localidades de Rancosinho, Casal do Monte, Algodres, Vila Chã, Queiriz e Fuinhas, bem como participou no jogo da Petanca, realizado em Juncais, para além de que também marcou presença na comemoração do Dia Internacional da Juventude, que decorreu na Praia Fluvial de Juncais, tendo, neste sentido, dirigido uma palavra de reconhecimento à Senhora Vereadora Luísa Gomes, pela excelente organização da mesma. Informou também que participou na apresentação do projeto “Tecedadeiras”, realizada em Fornos de Algodres, destacando que se trata de uma excelente iniciativa, que visa promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, sendo que o respetivo projeto tem vindo a alcançar resultados muito positivos, o que, a todos, muito deverá orgulhar. -----

Prosseguiu a sua intervenção justificando o cancelamento da “Rota das Formigas”, referindo que o concelho se encontrava numa situação de alerta, associada ao risco de incêndio, o que condicionava a utilização de determinados espaços para a realização da iniciativa, sendo que a decisão foi tomada, em articulação com a Senhora Vereadora Luísa Gomes e com os serviços municipais, nomeadamente com a Eng.^a Inês Madeira. Acrescentou ainda que será necessário reagendar a referida atividade, salientando que, durante o mês de agosto, existe sempre o risco de alterações de data, devido às condições associadas ao período crítico de incêndios. ---- Por último, o Senhor Presidente informou que havia tido uma reunião na Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, em que foi aprovada a “Agência A3IE”, que terá como objetivo, o investimento, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo na região das Beiras e Serra da Estrela. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e começou por fazer alusão aos recentes incêndios que afetaram profundamente os residentes das localidades atingidas, incêndios esses que geraram momentos de grande apreensão, pânico, incerteza e um sentimento generalizado de imprevisibilidade. Salientou ainda que, perante situações de tal natureza, nunca se está verdadeiramente preparado para enfrentar o impacto de tais acontecimentos, sendo que, neste sentido, não poderia deixar de endereçar uma palavra de profundo reconhecimento e solidariedade aos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, bem como aos Bombeiros de todo o país, que prestaram o respetivo apoio ao concelho de Fornos de Algodres, o que, claramente demonstrou, que o concelho não esteve sozinho, perante tal adversidade. Contudo, e atendendo à multiplicidade de ocorrências e focos de perigo verificados, por vezes, surge uma sensação de isolamento e impotência, uma vez que os operacionais, apesar do enorme esforço e dedicação, não conseguem estar simultaneamente em todos os locais, onde realmente, são necessários. Ainda relativamente a esta temática, acrescentou que, do outro lado do rio, ocorreu igualmente um incêndio que afetou o concelho de Fornos de Algodres, dirigindo, neste sentido,

uma palavra de apreço e solidariedade às populações atingidas, sendo que algumas pessoas sofreram perdas materiais, cuja importância é naturalmente valorizada por quem as sofreu, no entanto, sublinhou como aspeto mais relevante, o facto de não terem sido destruídas habitações nem viaturas e, sobretudo, de não se terem registado feridos ou perdas de vidas humanas, o que é, efetivamente, o resultado mais importante a assinalar. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que, apesar de a situação ter tido um desfecho globalmente positivo, houve aspetos que não correram da melhor forma, salientando que, em ocorrências de tal natureza, existem sempre procedimentos a corrigir e lições a retirar. Nesse sentido, retomou uma reflexão já efetuada no ano anterior, na sequência dos incêndios de Queiriz, defendendo que a melhor forma de combater os incêndios, passa pela preparação e prevenção, destacando assim a importância da limpeza dos terrenos, da manutenção das faixas de gestão de combustível em torno das aldeias, das quintas, das explorações agrícolas e das empresas, considerando que, apenas através da adoção de tais medidas, será possível enfrentar os incêndios de forma mais eficaz e garantir maiores condições de segurança às populações e aos operacionais envolvidos. Reiterou, igualmente, uma reflexão que havia partilhado numa sessão de Assembleia Municipal, realizada há cerca de um ano, em que defende que o Município deverá concretizar pequenos investimentos que, apesar da sua dimensão, podem revelar-se de grande importância no combate aos incêndios. Ainda a este propósito, sublinhou que o helicóptero empenhado no combate ao incêndio em causa, efetuava o abastecimento de água no Furtado e num tanque situado nas proximidades de Maceira, considerando que o concelho dispõe de recursos que poderiam ser aproveitados para a criação de mais pontos de abastecimento rápido, destinados aos meios aéreos e terrestres. Ainda relativamente a esta temática, sublinhou que na zona do Vale da Vinha, na reta entre Vila Chã e Figueiró da Granja, existe um ponto de abastecimento de água muito importante, onde uma cisterna assegurou, durante vinte e quatro horas, o fornecimento de água aos Bombeiros que combatiam o incêndio na região, embora também tenha acabado por secar. -----

Prosseguiu a sua intervenção, dando nota de que testemunhou uma situação, junto ao cruzamento do Rodão, próximo de Figueiró da Granja, quando observava a progressão do incêndio na Barroca de Algodres, juntamente com um trabalhador do Município, sendo que, em poucos segundos, o fogo atravessou para a encosta de Figueiró da Granja, aproximando-se da habitação do Senhor Carlos Real. Acrescentou ainda que colaborou diretamente nas ações de proteção da referida habitação, que acabou por ser salvaguardada, embora o incêndio tenha continuado a progredir pela serra, em direção a Figueiró da Granja, tornando-se posteriormente difícil de controlar. Neste contexto, salientou que o combate aos incêndios está frequentemente sujeito a fatores imprevisíveis e, por vezes, a circunstâncias fortuitas, considerando que uma redução do tempo necessário ao abastecimento dos meios aéreos poderia, em determinadas situações, permitir uma intervenção mais rápida e contribuir para limitar a propagação das chamas, sendo que, na situação em causa, teria ajudado a minimizar os danos causados em Vila Chã e na Muxagata. Concluiu, sublinhando que a melhor forma de enfrentar os incêndios, passa pela preparação antecipada, através do reforço dos meios e das condições de resposta, uma vez que a evolução de um incêndio pode alterar-se drasticamente, em poucos instantes, devido à ação do vento e a outros fatores difíceis de prever, para além de que a criação de um fundo municipal de emergência, de montante reduzido, mas

permanentemente disponível e com liquidez imediata, permitiria dar resposta célere a situações de necessidade resultantes de ocorrências inerentes aos incêndios. Acrescentou ainda que o referido mecanismo poderia apoiar, de forma célere, as pessoas que tenham sofrido prejuízos significativos, assegurando assim uma primeira intervenção, enquanto são acionados outro tipo de apoios e mecanismos de compensação, pelo que, tal proposta, deverá integrar as linhas de reflexão e preparação do Orçamento Municipal para 2027. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e começou por referir que, lamentavelmente, o concelho de Fornos de Algodres voltou a ser afetado por um incêndio de graves proporções, tendo, neste sentido, manifestado a sua solidariedade para com todos aqueles que sofreram diretamente com tal situação, em particular as populações das localidades atingidas, que viram ameaçados os seus bens, os seus territórios e a sua qualidade de vida. Expressou ainda o seu agradecimento a todos os que estiveram envolvidos no combate ao incêndio, com especial destaque para os Bombeiros Voluntários, enaltecendo, neste sentido, o esforço, a dedicação e o trabalho desenvolvido, nomeadamente durante o período noturno, quando as condições de humidade e temperatura eram mais favoráveis ao controlo das chamas, embora tenha ocorrido, posteriormente, um reacendimento, que voltou a agravar a situação. Neste sentido, reiterou a sua solidariedade para com todos os afetados, considerando que se tratou de uma situação particularmente grave e calamitosa para o concelho de Fornos de Algodres, nomeadamente na Barroca, na encosta de Algodres, em que a área afetada pelo incêndio, possui um valor ambiental excecional, constituindo um ecossistema de grande relevância ecológica e ambiental. Neste contexto, apelou ao Executivo Municipal para que, no âmbito das suas competências, promova ações de recuperação e regeneração da área em causa, nomeadamente através da reflorestação, da sementeira e da plantação de espécies arbóreas adequadas, de forma a restaurar, gradualmente, o equilíbrio ambiental perdido. Relativamente ao setor agrícola, referiu que, de acordo com os relatos que lhe foram transmitidos, uma vez que se encontrava de férias durante a ocorrência, os prejuízos foram particularmente significativos, destacando, neste sentido, a perda de milhares de oliveiras, algumas centenárias, considerando tratar-se de uma situação extremamente grave para os proprietários afetados e para o concelho em geral. Salientou ainda que tais perdas representam, não apenas um prejuízo económico e produtivo, mas também uma diminuição significativa da biodiversidade e do património genético, associado a explorações agrícolas, que constituem um recurso de grande valor, sendo, nada mais, nada menos, que um património mundial produtivo essencial, representando um ativo estratégico para o território, comparável, pela sua relevância económica, a uma infraestrutura de produção. Concluiu afirmando que os danos ambientais, financeiros e produtivos, causados pelo incêndio, são muito expressivos e que, em muitos casos, dificilmente poderão ser plenamente compensados, ou recuperados, a curto prazo. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador João Gomes apelou à mobilização de apoios por parte das entidades competentes, nomeadamente da CCDR Centro, com vista a atenuar os prejuízos sofridos pelas populações e pelos agricultores afetados, uma vez que, embora tais apoios não possam compensar totalmente as perdas registadas, são fundamentais para ajudar a minimizar as consequências da situação. Acrescentou ainda que, caso os apoios provenientes da Administração Central, não sejam disponibilizados, ou se revelem insuficientes, devido a constrangimentos burocráticos ou a exigências excessivas, o Município deverá

procurar ter capacidade de intervenção própria, mediante soluções assentes em recursos e mecanismos de apoio municipais, de forma a apoiar as pessoas mais prejudicadas. Prosseguiu a sua intervenção, sublinhando que terá de se minorar as perdas ambientais e financeiras, através de um Plano de Reposição Ambiental e apoios financeiros aos agricultores afetados, salientando também que as plantações permanentes agrícolas, onde se situa o olival e outras culturas frutícolas, devem ser consideradas, em caso de incêndio, património produtivo, sendo que, tal como se protege uma infraestrutura física, também se deverá proteger as explorações agrícolas. Acrescentou ainda que a Proteção Civil, deverá enquadrar as explorações agrícolas no sistema de proteção civil, considerando-as uma infraestrutura produtiva, tal como são consideradas as zonas industriais, devendo ser alvo de proteção prioritária, uma vez que são constituídas por bens essenciais, para além de que importa avaliar, de forma crítica, se foram tomadas todas as medidas possíveis para prevenir ou mitigar os impactos do incêndio, nomeadamente ao nível da existência e manutenção de aceiros, da conservação dos caminhos e de outras infraestruturas de apoio ao combate aos incêndios, com especial enfoque nas freguesias de Cortiço e Vila Chã. Neste contexto, salientou a dimensão dos danos observados no terreno, classificando a situação como particularmente grave e calamitosa, manifestando a sua compreensão pela reação emotiva da Senhora Vereadora Luísa Gomes, sendo que se deverá analisar os acontecimentos de forma rigorosa e crítica, procurando identificar eventuais falhas e oportunidades de melhoria, para evitar, ou reduzir situações semelhantes, no futuro. Referiu ainda relatos que apontam para a insuficiência de meios terrestres de combate, nomeadamente Bombeiros e viaturas, em determinadas zonas, incluindo explorações agrícolas, pelo que considera fundamental avaliar a coordenação das operações, por parte da Proteção Civil, de forma a perceber se a resposta foi a mais adequada e que aspetos poderão ser aperfeiçoados, uma vez que, apesar da dificuldade e imprevisibilidade inerentes a tais fenómenos, é indispensável retirar ensinamentos da ocorrência e identificar medidas que possam reforçar a proteção de pessoas, bens, explorações agrícolas e do restante território. Ainda relativamente a esta temática e a título de exemplo, informou que havia contactado, através das redes sociais, o munícipe Brian Berger, cuja exploração agrícola e habitação foram afetadas pelo incêndio, sendo que não houve meios de combate no local, o que não se entende, até porque, para além da exploração agrícola, existia uma habitação ocupada por uma família, que necessitava de proteção. Acrescentou ainda que, independentemente da prioridade atribuída às diferentes ocorrências, os locais onde residem pessoas, devem merecer especial atenção no planeamento e na afetação dos meios terrestres, tendo, neste sentido, questionado os procedimentos de coordenação da Proteção Civil, nomeadamente a capacidade de identificação e monitorização de habitações e explorações agrícolas em risco, bem como a consequente mobilização de recursos para os referidos locais, de forma a prevenir situações de maior gravidade. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Vereador João Gomes destacou o papel fundamental dos agricultores e restante população na proteção do território, durante os incêndios, referindo que as explorações agrícolas existentes na zona, contribuíram decisivamente para travar a progressão das chamas e evitar consequências mais graves, nomeadamente a sua propagação para áreas habitacionais, sendo que os agricultores desempenham uma função essencial na preservação do ambiente, na valorização da biodiversidade e na produção de bens alimentares, considerando, por isso, preocupante que, alguns dos que sofreram prejuízos

significativos, tenham sentido falta de apoio adequado, tendo acabado por perder os seus bens, nomeadamente um elevado número de oliveiras. Neste contexto, questionou o Senhor Presidente sobre os contactos já estabelecidos com os agricultores e restantes pessoas prejudicadas, defendendo que, para além da solidariedade institucional manifestada, deverá existir um acompanhamento próximo e personalizado, procurando identificar necessidades concretas, nomeadamente ao nível do apoio social, psicológico e do encaminhamento para mecanismos de apoio disponíveis. Por fim, sublinhou a importância de um acompanhamento especial junto dos cidadãos estrangeiros, residentes no concelho que tenham sido afetados, considerando que, em situações de emergência e calamidade, podem sentir maior vulnerabilidade e isolamento, sendo importante que lhes seja prestado o devido apoio e demonstrada solidariedade, por parte do Município. Concluiu a sua intervenção salientando que, independentemente das diferentes estratégias de desenvolvimento adotadas, o concelho de Fornos de Algodres, continua a ser um território marcadamente rural, sendo que as políticas e prioridades municipais devem refletir tal realidade, atribuindo especial importância à agricultura, ao mundo rural e às agroindústrias, setores que considerou fundamentais para o desenvolvimento económico, social e territorial do concelho. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, e começou por pedir desculpa pelo facto de se ter emocionado quando abordou a temática do incêndio que devastou algumas freguesias do concelho de Fornos de Algodres, sendo que, não poderia deixar de endereçar uma palavra de agradecimento e apreço aos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres e concelhos vizinhos, às Juntas de Freguesia, à população em geral e às demais forças presentes no teatro de operações. -----

Começou por informar que, tal como o Senhor Presidente, também esteve presente na Praia Fluvial da Ponte de Juncais, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Juventude, tendo, neste sentido, aproveitado a oportunidade para felicitar a Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Cortiço e Vila Chã, Dra. Cláudia Farias, mentora da iniciativa, destacando o seu empenho na organização do evento, evento esse que foi desenvolvido com o apoio da Fundação Cardoso do Amaral. Neste contexto, salientou a expressiva participação dos Jovens, considerando que a iniciativa constituiu um importante momento de partilha e de troca de experiências, destacando, em particular, os testemunhos de Jovens residentes no concelho, que optaram por desenvolver os seus projetos de vida, no mesmo, o que foi deveras importante para os participantes mais jovens, que ainda se encontram em fase de formação académica. Acrescentou ainda que, tais testemunhos evidenciaram as potencialidades existentes no concelho para a fixação da população jovem, contribuindo para reforçar a confiança nas oportunidades locais e incentivar futuras gerações a regressar e investir no território fornense e aproveitou também para felicitar a Dra. Cecília Amaro, do NERGA, bem como os técnicos do Município, que colaboraram na organização da iniciativa, reconhecendo assim, o empenho e contributo de todos, para o sucesso do evento. ----

Prosseguiu a sua intervenção, referindo que também esteve presente na apresentação da iniciativa “As Tecedeiras”, iniciativa essa que faz parte integrante do projeto “Caminhos Criativos”, que visa a inclusão pela cultura, envolvendo envolve Mulheres, Jovens, idosos e Migrantes, com o objetivo de que, através da cultura, todos se sintam incluídos e devidamente integrados, na comunidade fornense. -----

Relativamente à “Rota das Formigas”, a Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu que se trata de uma iniciativa que tem registado grande adesão e um enorme sucesso, contudo, lamentou que, à semelhança do que já havia acontecido no ano anterior, também no ano em curso, foi necessário proceder ao seu cancelamento, em virtude das circunstâncias, já anteriormente explicadas pelo Senhor Presidente. -----

Prosseguiu a sua intervenção, aproveitando para informar os Senhores Vereadores relativamente aos preparativos para o próximo ano letivo, informando que o Plano de transportes será oportunamente submetido à apreciação e aprovação da Câmara Municipal e, no que concerne às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), da responsabilidade do Município, informou que a proposta apresentada ao Conselho Geral, foi devidamente aprovada, mantendo-se a oferta do ano letivo anterior, nomeadamente, Expressão Plástica, Música, Expressão Dramática, Educação Ambiental, Natação e Atividade Física e Desportiva para os alunos do 1.º e 2.º ano de escolaridade, bem como clubes temáticos destinados aos alunos do 3º e 4º ano de escolaridade. No âmbito do apoio à família para o ensino Pré-Escolar, a Senhora Vereadora Luísa Gomes informou que o Município irá manter as atividades de Natação e Expressão Físico-motora, sendo que, ao nível dos recursos humanos e no seguimento do procedimento concursal para a contratação de assistentes operacionais, destinadas ao Agrupamento de Escolas, todas as vagas existentes se encontram preenchidas, pelo que estão reunidas as devidas condições para assegurar a estabilidade do início do novo ano letivo. -----

Relativamente às informações transmitidas pelo Agrupamento de Escolas, a Senhora Vereadora deu nota de que, no próximo ano letivo, haverá um reforço da oferta educativa, com a criação de mais uma turma no 1.º Ciclo do Ensino Básico, mais uma turma no 6.º ano de escolaridade e mais uma turma no 10.º ano do Ensino Profissional, sendo que, já se encontram agendadas, as respetivas reuniões com os encarregados de educação, destinadas a prestar todos os esclarecimentos necessários. Por fim, deu conhecimento do calendário de início das atividades letivas, referindo que os alunos do 1.º e 5.º ano de escolaridade, iniciarão as aulas no dia catorze de setembro, seguindo-se, no dia seguinte, os restantes anos de escolaridade, sendo que, os alunos do ensino secundário, apenas iniciarão as aulas no dia vinte e um de setembro, em virtude dos atrasos decorrentes na afixação de notas dos respetivos exames. -----

Face à intervenção do Senhor Vereador Rui Furtado, relativamente à temática dos incêndios, o Senhor Presidente usou da palavra destacando que o Município de Fornos de Algodres dispõe de pontos de água, devidamente cuidados e operacionais, referindo que, à data do incêndio, todas as charcas se encontravam limpas e em boas condições de utilização, sendo que tal fator foi determinante para apoiar o combate ao incêndio, permitindo assim o rápido abastecimento dos meios aéreos. Acrescentou ainda que os locais de abastecimento se encontravam devidamente sinalizados e identificados, sendo do total conhecimento dos pilotos dos helicópteros que operam no concelho, resultado do trabalho desenvolvido pelo Município, no âmbito da manutenção e operacionalidade de tais recursos, o que contribuiu para a eficácia e rapidez das operações. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente deixou uma palavra de agradecimento à empresa “Frutas Macedo” pela colaboração prestada no âmbito do combate ao incêndio, sendo que a mesma dispõe, em Vila Ruiva, de uma infraestrutura privada de abastecimento, devidamente identificada, no Sistema Municipal de Proteção Civil, a qual se revelou decisiva para

apoiar as operações e contribuir para evitar que o incêndio atingisse proporções mais gravosas na referida localidade. Destacou ainda que os meios aéreos conhecem perfeitamente os pontos de abastecimento existentes no concelho de Fornos de Algodres, bem como os locais adequados para operar e avaliar a evolução do perímetro do incêndio, o que facilita a eficácia da intervenção e mais informou que o Município realizou investimentos destinados a melhorar as condições de abastecimento dos veículos de combate a incêndios, permitindo assim uma resposta mais célere e eficiente, dos meios envolvidos no teatro de operações. Ainda relativamente a esta temática informou que o Município de Fornos de Algodres, em articulação com a Junta de Freguesia de Figueiró da Granja, realizou uma intervenção considerada muito importante, no sentido de reforçar a capacidade de abastecimento de água às viaturas de combate a incêndios, sem recorrer à rede de bocas de incêndio, destinada ao abastecimento da população, uma vez que a utilização das mesmas, para reabastecimento dos veículos de combate, compromete o fornecimento de água às localidades servidas pelo mesmo sistema, nomeadamente Figueiró da Granja e Cortiço, sendo que, esta última, é abastecida a partir do depósito de Figueiró da Granja. Referiu ainda que a intervenção efetuada, teve precisamente como objetivo aumentar a segurança do abastecimento às duas localidades, durante situações de emergência, embora, durante o incêndio, o ponto alternativo de abastecimento, tenha acabado por esgotar a sua capacidade, obrigando os Bombeiros a recorrer às bocas de incêndio para reabastecer as viaturas e, conseqüentemente, o nível do depósito baixou do limite necessário para garantir o abastecimento regular a Cortiço, situação que levou à interrupção temporária do fornecimento de água na referida localidade. Neste contexto, o Senhor Presidente manifestou compreensão pela preocupação e pelos momentos de aflição vividos pela população, perante a falta de água durante o período mais crítico do incêndio e mais informou que, recentemente, o Município realizou uma intervenção na ETA de Fornos de Algodres, com o objetivo de agilizar o abastecimento de água às viaturas de combate a incêndios, tendo, no entanto, reconhecido a necessidade de continuar a reforçar tal capacidade, admitindo assim a possibilidade de instalar mais tanques de abastecimento em pontos estratégicos do concelho, equipamentos esses que deverão ter uma dupla função, permitindo simultaneamente o abastecimento de meios aéreos e de viaturas dos Bombeiros, bem como contribuir para reduzir a pressão sobre a rede pública de abastecimento de água. Acrescentou ainda que a referida solução poderá ajudar a evitar situações como as verificadas durante o incêndio, em que algumas localidades ficaram temporariamente sem água, numa fase particularmente crítica, sendo, por isso, necessário continuar a investir na área, uma vez que, tal facto, representa uma melhoria importante para a segurança e proteção da comunidade fornense. -----

No que diz respeito à intervenção do Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente rejeitou completamente a ideia de que tenha existido falta de coordenação durante as operações de combate ao incêndio, considerando que tal apreciação não corresponde à realidade observada no terreno, sendo que acompanhou permanentemente a evolução da ocorrência, mantendo contacto direto com os responsáveis envolvidos e permanecendo no Posto de Comando, desde o início do incêndio, até de madrugada, sendo que é no referido local que se encontra a estrutura de coordenação operacional, que permite, em articulação com o Comandante das Operações de Socorro, obter uma visão global da situação, identificar as habitações em risco, localizar os meios disponíveis e

gerir a sua mobilização, em função das necessidades. Salientou que, apesar do esforço realizado, não é possível garantir a presença de um veículo de combate junto de todas as habitações, explorações agrícolas ou situações de risco existentes em simultâneo, ainda assim, destacou a dimensão do dispositivo mobilizado, que contou com centenas de Bombeiros, numerosos veículos e vários meios aéreos, considerando que a resposta beneficiou do facto de, naquele momento, não existirem muitos incêndios, a nível nacional, a exigir a mesma concentração de recursos. Acrescentou ainda que existe um desafio operacional que merece uma reflexão futura, relacionado com a gestão do esforço dos Bombeiros, sendo que os operacionais que realizam o combate durante o dia, não deverão ser os mesmos a assegurar as ações de rescaldo durante a noite, dada a exigência física extrema a que estão sujeitos, uma vez que o cansaço acumulado dos Bombeiros, aliado às condições meteorológicas adversas, designadamente o vento, dificulta significativamente as operações de consolidação e vigilância, tornando muito difícil evitar totalmente, reacendimentos, num incêndio com a dimensão e intensidade, registadas. Acrescentou ainda que, em ocorrências com a dimensão registada, existe sempre pressão sobre os meios disponíveis, embora tenha salientado que foram mobilizados vários recursos para o combate ao incêndio e, no que respeita à localização das habitações da comunidade estrangeira, residente no concelho, informou que as mesmas se encontram devidamente identificadas nos instrumentos de Proteção civil, resultado de um trabalho desenvolvido pela Guarda Nacional Republicana e integrado nos Sistemas de informação de Proteção civil, tanto a nível municipal como supramunicipal, sendo que, tal levantamento, teve como objetivo garantir o conhecimento da localização das pessoas residentes no território, permitindo uma atuação mais eficaz em situações de emergência. Relativamente ao caso concreto do município Brian Berg, o Senhor Presidente manifestou estranheza perante a informação de que a sua habitação teria permanecido sem qualquer proteção, afirmando que, de acordo com o acompanhamento realizado no terreno e com a informação disponível junto da estrutura de comando, todas as situações reportadas tiveram resposta operacional, ainda assim, comprometeu-se a verificar o sucedido. Ainda relativamente a este assunto, informou que todos os Presidentes de Junta de Freguesia lhe foram relatando quais as casas e explorações agrícolas que se encontravam em risco, sendo que o comando das operações envolveu responsáveis experientes da estrutura de Proteção Civil e a coordenação dos meios, foi assegurada pelo Segundo Comandante Operacional da Proteção Civil da Região das Beiras e Serra da Estrela, contando igualmente com a presença do Comandante Regional, Dr. João Rodrigues, para além de que, o comando das operações terrestres esteve a cargo do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, Armando Costa, enquanto os meios aéreos foram coordenados por um responsável especificamente designado para tal função, nomeadamente pelo Segundo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, Leonido Rodrigues Silva, o que indica que a gestão do incêndio foi assegurada por profissionais conhecedores do território e do comportamento habitual de tal tipo de ocorrências, o que permitiu uma resposta tecnicamente sustentada. Contudo, salientou que as condições enfrentadas foram particularmente exigentes, destacando as mudanças constantes da direção do vento, durante o primeiro dia de incêndio, circunstância que aumentou significativamente a complexidade das operações e contribuiu para a evolução imprevisível da ocorrência. Acrescentou ainda que concorda com a proposta de integrar e enquadrar as explorações agrícolas no Plano Operacional Municipal, elaborado pelo Serviço

Municipal de Proteção Civil, no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, considerando tratar-se de uma medida pertinente e adequada, cuja implementação será promovida e, relativamente aos apoios às pessoas afetadas pelos incêndios, referiu que, após a conclusão do levantamento dos prejuízos e das diligências junto do Governo, será efetuada uma análise rigorosa da situação, com vista à definição das medidas mais adequadas, sendo que o Município dispõe de um Programa de Apoio de Emergência Municipal, já utilizado anteriormente noutras situações de incêndio, nomeadamente em Queiriz, encontrando-se disponível para prestar apoio imediato a pessoas, ou famílias, que se encontrem em situação de privação ou vulnerabilidade, garantindo assim uma resposta célere às necessidades mais urgentes. Relativamente à questão da Barroca, sita em Algodres, o Senhor Presidente informou que concorda plenamente com o Senhor Vereador João Gomes, salientando que os incêndios provocaram perdas muito significativas ao nível ambiental, paisagístico e patrimonial, afetando gravemente o ecossistema da referida área, tendo destacado, igualmente, os prejuízos registados no setor produtivo, nomeadamente nas explorações agrícolas e nos olivais afetados. Para terminar, o Senhor Presidente referiu ainda que o Município acompanhará atentamente a situação e que, em articulação com os serviços técnicos municipais e o Serviço Municipal de Proteção Civil, será desenvolvido um programa de reabilitação e recuperação do ecossistema afetado, com vista à mitigação dos impactos ambientais e à futura valorização do território. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra esclarecendo que, ao referir a necessidade de realizar pequenos investimentos, pretendia salientar medidas de reduzido custo, mas com potencial e significativo impacto na melhoria da capacidade de resposta aos incêndios, tendo, a título de exemplo, mencionado a instalação de um tanque de abastecimento para viaturas de Bombeiros e meios aéreos, numa localização estratégica, designadamente, na reta entre Vila Chã e Figueiró da Granja, que permitiria reforçar a proteção de várias localidades da área envolvente, nomeadamente Cortiço, Algodres, Figueiró da Granja, Vila Chã, Muxagata e Maceira, facilitando assim o abastecimento dos meios de combate e contribuindo para uma intervenção mais rápida e eficaz, em situações de emergência. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente informou que a referida zona se encontra protegida, uma vez que a charca de Maceira preenche o referido perímetro. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado prosseguiu a sua intervenção reiterando a necessidade de reforçar a capacidade de resposta aos incêndios através de investimentos em infraestruturas de apoio, um tema que tem vindo a ser discutido há vários anos, defendendo assim que a prioridade do Município, deverá passar pela realização de investimentos estruturantes e duradouros, capazes de aumentar a segurança das populações e do território, em detrimento de investimentos de carácter pontual, até porque existe uma enorme possibilidade de ocorrência de novos incêndios, atendendo às elevadas temperaturas e às condições de risco existentes, sublinhando que se trata de fenómenos imprevisíveis e que exigem uma preparação permanente. Neste sentido, apelou ao Senhor Presidente para que tal tipo de investimentos, seja tratado com carácter de urgência e integrado nas prioridades de atuação do Município, de forma a permitir o seu avanço, no mais curto prazo, possível. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, sublinhando a importância da existência de aceiros e caminhos florestais devidamente mantidos, considerando tratar-se de um trabalho muitas vezes, pouco visível, mas fundamental para a prevenção e combate aos incêndios, sendo que tal tipo de infraestruturas, deverá continuar a ser reforçado no concelho, embora também reconheça o trabalho entretanto realizado na Muxagata, no entanto, deverá ser ampliado no futuro, até porque a ocorrência de incêndios continuará a ser uma realidade, com a qual o território terá de lidar, razão pela qual considera essencial garantir a manutenção de aceiros, caminhos limpos e devidamente alargados, de forma a facilitar o acesso e a intervenção dos meios de combate. No que concerne à atuação durante o incêndio, reconheceu a presença e o empenho do Senhor Presidente, no acompanhamento da situação, mas defendeu que, para além da presença no terreno, é necessário proceder a uma análise crítica dos acontecimentos, sendo extremamente importante identificar o que correu bem e, sobretudo, o que poderia ter sido feito de forma diferente, com humildade e espírito de melhoria contínua. Concluiu afirmando que todas as entidades e intervenientes estão sujeitos a falhas, limitações e incapacidades, sendo, por isso, essencial retirar ensinamentos da ocorrência, corrigir eventuais insuficiências e reforçar as medidas de prevenção e resposta, com o objetivo de minimizar os impactos de futuras situações, semelhantes. -----

Face à intervenção do Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente sublinhou que a realização de análises críticas, após a ocorrência de incêndios, faz parte dos procedimentos habituais do Município, sendo que, um mês, após cada ocorrência relevante, é reunida a Comissão Municipal de Proteção Civil, integrando o Presidente de Câmara, que é o responsável máximo pela Proteção civil, o Serviço Municipal de Proteção Civil, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, a GNR, o ICNF, as Juntas de Freguesia e a empresa de eólicas, sita no Pisco, em que é efetuada uma avaliação das operações realizadas, identificando-se os aspetos que correram bem e aqueles que poderão ser melhorados. Neste contexto, referiu, a título de exemplo, que a intervenção realizada em Figueiró da Granja, resultou das conclusões retiradas após os incêndios ocorridos no ano anterior, em Queiriz, nomeadamente relativamente às dificuldades sentidas no abastecimento de água, aos veículos de combate, sendo que, neste sentido, foram desenvolvidas soluções destinadas a reforçar a capacidade de abastecimento rápido dos meios operacionais, procurando assim, melhorar a eficácia da resposta, em futuras ocorrências. Concluiu afirmando que o Município continuará a promover este processo de avaliação com tranquilidade e humildade, reconhecendo que existem sempre aspetos suscetíveis de melhoria, sendo que, quem exerce funções públicas, deve ter a capacidade de identificar eventuais falhas, aprender com a experiência e implementar as correções necessárias para aperfeiçoar, continuamente, a cabal resposta às situações de emergência. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE AGOSTO DE 2026, PARA APROVAÇÃO. -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

Aquando da aprovação da ata em causa, o Senhor Vereador João Gomes ausentou-se da sala, uma vez que não tinha estado presente na última reunião de Câmara. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade dos presentes. -----

2-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS, EM TÁXI, DO MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Considerando que: -----

- a) Foi publicado o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros em Táxi; -----
- b) Foi igualmente publicada a Portaria n.º 451/2023, de 22 de dezembro, que veio regular as características e normas de identificação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi; -----
- c) O novo enquadramento legal determina a integração dos veículos de Tipologia A e de Tipologia T nos contingentes municipais definidos pelas Autoridades de Transportes; -----
- d) O regulamento municipal atualmente em vigor não contempla as alterações decorrentes daquele regime jurídico, tornando necessária a respetiva atualização e adaptação à legislação vigente; -----
- e) A proposta de alteração do Regulamento foi aprovada pela Câmara Municipal para efeitos de consulta pública; -----
- f) Em cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o projeto de regulamento foi submetido a consulta pública pelo período de 30 dias, entre 18 de junho e 19 de julho de 2026; -----
- g) Conforme resulta do Relatório da Consulta Pública elaborado para o efeito, não foi registada qualquer participação, reclamação, observação ou sugestão durante o referido período; -----
- h) Encontram-se reunidas as condições para aprovação da versão final do Regulamento e subsequente submissão à Assembleia Municipal. -----

Assim, submete-se à consideração da Câmara Municipal, a presente proposta de Regulamento de Transporte Público de Passageiros em Táxi do Município de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que a proposta apresentada resulta da necessidade de adequar o Regulamento Municipal à legislação atualmente em vigor, sendo que, a sua elaboração, contou com o contributo da ANTRAL. Neste sentido, mais informou que a principal alteração consiste na integração, nos contingentes municipais, dos veículos correspondentes às tipologias A e T, designadamente os veículos descaracterizados, previstos no enquadramento legal aplicável. Para terminar, acrescentou que o presente regulamento esteve sujeito

a consulta pública, período durante o qual não foram apresentadas sugestões ou propostas de alteração, propondo assim a aprovação do mesmo e a sua subsequente submissão à Assembleia Municipal, para posterior publicação em Diário da República. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

3-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FÉRIAS DESPORTIVAS E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Considerando que o Município de Fornos de Algodres tem vindo a promover programas de Férias Desportivas destinados à ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens do concelho durante os períodos de interrupção letiva, proporcionando atividades de natureza desportiva, recreativa, cultural e educativa. -----

Considerando a necessidade de definir um quadro normativo que regule a organização, funcionamento, direitos e deveres dos participantes, encarregados de educação e demais intervenientes, foi elaborado o Projeto de Regulamento Municipal de Férias Desportivas. -----

Por deliberação da Câmara Municipal foi determinado o início do procedimento regulamentar e a subsequente submissão do projeto a consulta pública, a qual decorreu entre 8 de maio e 8 de junho de 2026, através da publicação de edital, divulgação nos locais de estilo e na página eletrónica do Município. Findo o referido período, conforme consta do Relatório de Consulta Pública, não foi apresentada qualquer participação, sugestão ou reclamação por parte dos interessados, não se verificando, por isso, qualquer motivo que justifique alterações ao texto submetido a consulta pública. -----

Encontram-se, assim, reunidas as condições para a aprovação, por parte da Câmara Municipal, da versão final do Regulamento Municipal de Férias Desportivas e respetiva submissão à Assembleia Municipal. ----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que o presente regulamento visa o estabelecimento das regras de organização e funcionamento do Programa das Férias Desportivas, iniciativa promovida pelo Município de Fornos de Algodres, durante os períodos de interrupção letiva e destinada a crianças dos três aos doze anos de idade. Neste contexto, referiu ainda que desde dois mil e treze e dois mil e catorze, o Município passou a assegurar, gratuitamente, o transporte das crianças provenientes de todas as localidades do concelho, permitindo assim uma participação mais alargada no referido programa, sendo que, tal medida, teve um impacto muito significativo na adesão à iniciativa em causa, que passou de cerca de duas a três dezenas de participantes, para mais de uma centena de crianças, em cada edição. Acrescentou ainda que a evolução do programa e o aumento do número de participantes, justificam a revisão do respetivo regulamento e das suas normas de funcionamento, sendo que esteve em consulta pública, não tendo sido apresentadas sugestões, reclamações ou contributos, pelo que propôs,

para os devidos efeitos, a aprovação da versão final do mesmo e a sua posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, referindo que não se tinha apercebido de que o documento em apreciação tinha estado em consulta pública, sendo que, relativamente às normas de seleção dos inscritos, o regulamento em causa, deveria prever critérios claros para situações em que o número de candidaturas exceda o número de vagas disponíveis, ou seja, deveria existir uma hierarquização baseada na situação do agregado familiar, atribuindo prioridade às crianças, cujos pais, ou encarregados de educação, se encontrem, ambos, em atividade profissional. Esclareceu ainda que a sua intenção não é tecer qualquer tipo de discriminação, positiva ou negativa, mas antes a aplicação de critérios objetivos e adequados às necessidades das famílias, pelo que, na sua opinião, deveria considerar-se a inclusão de uma cláusula, com critérios de prioridade, contribuindo assim para dotar o processo de seleção, com a máxima transparência e prevenir eventuais reclamações ou situações de descontentamento, por parte dos encarregados de educação, cujas crianças não sejam admitidas. -----

Face à intervenção do Senhor Vereador Rui Furtado, a Senhora Vereadora Luísa Gomes referiu que o programa das Férias Desportivas já contempla um regime de prioridade para as crianças, cujos pais se encontram a trabalhar, sendo que, enquanto no mês de julho a participação é aberta a todas as crianças elegíveis, no mês de agosto as vagas destinam-se, prioritariamente, aos agregados familiares, em que pai e mãe, exercem atividade profissional e não dispõem de retaguarda familiar que possa assegurar o acompanhamento dos seus filhos. Referiu ainda que, para beneficiarem de tal prioridade, os encarregados de educação devem comprovar a sua situação laboral, sendo que, embora tal critério possa não estar explícito, de forma suficientemente clara, no regulamento em causa, o mesmo já é aplicado na prática, garantindo-se assim a prioridade às famílias com maiores necessidades de conciliação entre a vida profissional e familiar. -----

Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente acrescentou que o programa em causa funciona com critérios distintos, consoante os períodos do ano, em que decorre, sendo que, durante o mês de julho, bem como nas interrupções letivas do Natal e da Páscoa, o Município procura garantir a participação de todas as crianças inscritas, não deixando nenhuma de fora, por limitações de vagas e, sempre que o número de participantes ultrapassa o inicialmente previsto, a Câmara Municipal reforça os recursos humanos necessários, para assegurar o acompanhamento adequado de todas as crianças, cumprindo assim os respetivos rácios de acompanhamento, definidos. Neste sentido, sublinhou ainda que o programa tem acolhido, mediante a respetiva inscrição, não só crianças residentes no concelho, mas também filhos de profissionais que exercem atividade em Fornos de Algodres e que necessitam de apoio, durante as férias escolares, o que tem constituído uma importante resposta de apoio às famílias e uma oportunidade de convívio e desenvolvimento para todos os participantes. -----

No que concerne ao mês de agosto, o Senhor Presidente informou que o programa das Férias Desportivas é destinado, exclusivamente às crianças cujos pais se encontrem, ambos, a trabalhar e não disponham de retaguarda familiar para assegurar o seu acompanhamento, sendo que, para o efeito, os encarregados de educação deverão apresentar a documentação comprovativa, de tal situação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

**4-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO DO GINÁSIO MUNICIPAL DE
FORNOS DE ALGODRES E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

Considerando que o Município de Fornos de Algodres tem vindo a desenvolver uma política de promoção da atividade física, do desporto, da saúde e do bem-estar da população, reconhecendo a importância da prática desportiva regular enquanto instrumento de desenvolvimento pessoal, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. -----

Neste contexto, procedeu-se à requalificação do piso inferior do Mercado Municipal de Fornos de Algodres, através da adaptação de seis lojas para instalação do futuro Ginásio Municipal, criando-se assim um equipamento de utilização coletiva destinado à prática de atividades de musculação, cardiofitness e outras atividades físicas compatíveis com o espaço. -----

A entrada em funcionamento deste equipamento municipal exige a definição de um conjunto de normas que disciplinem a sua gestão, organização e utilização, assegurando condições de acesso transparentes, equitativas e seguras para todos os utilizadores, bem como a adequada conservação das instalações e dos equipamentos. -----

Para esse efeito foi elaborado o Projeto de Regulamento do Ginásio Municipal de Fornos de Algodres. ----
Em cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o projeto foi submetido a consulta pública pelo período de 30 dias, entre 18 de maio de 2026 e 17 de junho de 2026. -----

Conforme resulta do Relatório de Consulta Pública elaborado para o efeito, não foi registada qualquer participação, reclamação, sugestão ou pedido de esclarecimento durante o referido período, inexistindo contributos que justifiquem alterações ao texto regulamentar submetido a consulta. -----

Encontram-se, assim, reunidas as condições para a aprovação da versão final do Regulamento e subsequente submissão à Assembleia Municipal. -----

Assim, submete-se à consideração da Câmara Municipal a presente proposta de Regulamento do Ginásio Municipal de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que o regulamento em apreciação estabelece as condições de gestão, acesso e utilização do novo Ginásio Municipal de Fornos de Algodres, cuja inauguração se encontrava agendada para o dia seguinte, contudo, os valores a cobrar pela utilização do mesmo, ainda não constam no presente regulamento, uma vez que a respetiva tabela de preços será submetida a aprovação, numa próxima reunião da Câmara Municipal. Acrescentou que, desde a abertura do equipamento, até ao dia trinta e um de agosto, a utilização do ginásio será gratuita, permitindo que os utilizadores se familiarizem com o espaço e com o

seu funcionamento, sendo que, a partir do dia um de setembro, a utilização passará a estar sujeita a pagamento, prevendo-se que a futura tabela de preços, produza efeitos reportados a essa data, garantindo o respetivo enquadramento legal. Informou ainda que o presente regulamento esteve previamente em consulta pública, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões, reclamações ou contributos, durante tal período. -----

Por fim, deu nota de que seria necessária a alteração da data da próxima reunião da Câmara Municipal para o próximo dia três de setembro, em virtude de compromissos institucionais já agendados, ficando os Senhores Vereadores do PSD, de confirmar a sua disponibilidade para a data proposta. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, referindo que, após a análise da documentação de suporte, pôde constatar que a gestão do novo Ginásio Municipal seria assegurada diretamente pelo Município, não se verificando qualquer subdelegação de tal responsabilidade, cabendo assim, a sua administração e funcionamento, aos serviços municipais, através de técnicos do próprio Município, tendo o Senhor Presidente confirmado tal afirmação, e acrescentado que, para o efeito, foi realizada uma reunião com o Gabinete de Desporto, da qual resultou uma reorganização de horários e da afetação de recursos humanos, de modo a garantir o funcionamento do equipamento, com meios próprios. Neste sentido sublinhou que o ginásio funcionará com um horário alargado, entre as 07h30 e as 21h00 nos dias úteis, sem interrupção durante a hora de almoço, e aos sábados, durante o período da manhã, reconhecendo que tal solução implicará um maior esforço ao nível da gestão dos recursos humanos, no entanto, e apesar de tal exigência, considerou que se trata da opção que melhor servirá a população, uma vez que permitirá assegurar a presença permanente de profissionais qualificados, para acompanhar os utilizadores e prestar o apoio necessário, até porque a utilização inadequada dos equipamentos de exercício, poderá originar problemas de saúde ou lesões, razão pela qual o acompanhamento técnico é considerado essencial. Concluiu referindo que a intenção do Município é manter o ginásio sob gestão municipal direta, com recursos humanos próprios, receitas próprias e os respetivos custos de funcionamento. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

5-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2026/2027.

Considerando que o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2026/2027 foi elaborado em articulação com o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, constituindo o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local de residência e os estabelecimentos de educação e ensino frequentados pelas crianças e alunos da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário. -----

O referido plano visa assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à educação, promover a inclusão social, prevenir o abandono e o insucesso escolar e garantir a adequada articulação entre a rede de transportes públicos existente e os circuitos especiais de transporte escolar. -----

O Conselho Municipal de Educação considerou que o Plano se encontra devidamente fundamentado, respondendo adequadamente às necessidades identificadas e observando os princípios de equidade, inclusão, acessibilidade e racionalização dos recursos públicos. Em consequência, deliberou emitir parecer favorável ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2026/2027, conforme documentos em anexo. -----

O Plano foi elaborado ao abrigo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, assegurando a articulação entre a rede de transportes públicos existente e os circuitos especiais de transporte escolar, com o objetivo de garantir o acesso dos alunos aos estabelecimentos de educação e ensino do concelho. -----

De acordo com o documento apresentado, prevê-se o transporte de 268 alunos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, representando um acréscimo relativamente ao ano letivo anterior. O Plano responde às necessidades de mobilidade escolar identificadas, num território caracterizado pela dispersão geográfica da população estudantil, abrangendo igualmente alunos provenientes de concelhos limítrofes que frequentam o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres. -----

Assim, face ao exposto e ao abrigo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, submete-se à consideração da Câmara Municipal, o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2026/2027. -----

O Senhor Presidente informou que o Plano de Transportes Escolares foi elaborado, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres e já obteve parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, sendo que o documento prevê o transporte de duzentos e sessenta e oito alunos, no próximo ano letivo, representando um acréscimo de quatro alunos, face ao ano anterior. Contudo, assinalou que tais números poderão ainda sofrer alterações, uma vez que, recentemente, havia tido conhecimento da instalação de uma nova família na freguesia da Muxagata, cuja integração poderá implicar o transporte de mais duas crianças, na rede escolar municipal. Acrescentou ainda que o Plano de Transportes Escolares tem um caráter dinâmico, podendo ser ajustado, sempre que ocorram alterações nas necessidades identificadas, ao longo do ano letivo, sendo que o custo anual estimado para assegurar o transporte dos alunos, ronda os noventa e cinco mil a cem mil Euros, correspondendo a um encargo médio de cerca de trezentos e doze Euros, por aluno transportado. Nesse sentido, propôs a aprovação do Plano de Transportes Escolares, de forma a permitir ao Município proceder à contratualização dos meios necessários, no sentido de garantir a sua execução e assegurar o transporte dos alunos abrangidos. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, referindo que na intervenção anterior, a Senhora Vereadora Luísa Gomes tinha informado que o próximo ano letivo contará com mais três turmas, nomeadamente no 1.º ciclo, no 6.º ano de escolaridade e no ensino profissional, o que é de facto uma boa notícia para o concelho e para a comunidade educativa, contudo, o Senhor Presidente referiu que o Plano de Transportes Escolares apresentado, apenas prevê um acréscimo de quatro alunos, relativamente ao ano letivo anterior, pelo que, neste sentido,

gostaria de saber se a criação das novas turmas, resulta efetivamente, de um aumento do número de alunos matriculados, ou se decorre de uma reorganização interna das turmas e da oferta educativa. Concluiu salientando que, independentemente da razão, qualquer aumento do número de alunos nas escolas do concelho, constitui um sinal positivo para a comunidade educativa local. -----

Face à intervenção do Senhor Vereador João Gomes, a Senhora Vereadora Luísa Gomes esclareceu que, de acordo com as informações transmitidas pela Subdiretora do Agrupamento de Escolas, nomeadamente a Senhora Professora Margarete, a criação de novas turmas no 1º ciclo, resultou da necessidade de reduzir a dimensão das já existentes, uma vez que apresentavam um número de alunos muito elevado, solução essa que foi devidamente aprovada pelo Ministério da Educação. -----

Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente acrescentou que ocorreu uma situação semelhante no 6º ano de escolaridade, em que as turmas eram de facto muito numerosas, das quais fazem parte integrante, crianças com necessidades educativas especiais, pelo que, a divisão das turmas, permitirá um melhor acompanhamento dos alunos e a integração de mais um Professor e, no que diz respeito ao Ensino Profissional, o Senhor Presidente referiu que se trata de um assunto que acompanhou com especial atenção, uma vez que a situação é definida pela Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, sendo que, para o ano letivo que se aproxima, foi possível proceder ao desdobramento de dois cursos profissionais, com um número de alunos inferior ao exigido anteriormente, o que é muito positivo, uma vez que permite disponibilizar duas ofertas formativas mais ajustadas aos interesses, perfis e expectativas dos alunos, evitando que sejam encaminhados para cursos que não correspondem às suas preferências. Concluiu, salientando que, as respetivas alterações foram aprovadas pelas entidades competentes, permitindo assim uma melhor organização pedagógica e condições de aprendizagem mais adequadas às preferências dos alunos, o que é uma boa notícia para a comunidade educativa e para a valorização do Ensino Profissional no concelho de Fornos de Algodres. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

6-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE FORNOS DE ALGODRES E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Considerando que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres tem vindo a desenvolver uma estratégia municipal de promoção do bem-estar, da saúde pública, da inclusão social e da qualidade de vida da população, assumindo a prática desportiva um papel relevante na prossecução destes objetivos. -----

A Piscina Municipal constitui um equipamento municipal de grande relevância para a promoção da atividade física, da aprendizagem e aperfeiçoamento das competências aquáticas, da ocupação saudável dos tempos livres e da coesão social e territorial. -----

A necessidade de garantir uma utilização adequada do equipamento, assegurando elevados padrões de segurança, higiene, organização, acessibilidade e qualidade do serviço prestado, justifica a aprovação de um Regulamento que estabeleça as regras de funcionamento, utilização, gestão e disciplina aplicáveis à Piscina Municipal. -----

A elaboração do Regulamento foi submetida a consulta pública, realizada entre os dias 8 de maio e 8 de junho de 2026, tendo sido cumpridas todas as formalidades legalmente exigidas. -----

Conforme resulta do respetivo Relatório de Consulta Pública, não foi apresentada qualquer participação, observação, sugestão ou reclamação durante o referido período, pelo que se encontra reunidas as condições para a aprovação da versão final do Regulamento. Neste sentido submete-se à consideração da Câmara Municipal, a proposta de Regulamento das Piscinas Municipais de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que o presente Regulamento visa a criação de uma Escola Municipal de Natação, encontrando-se já definidos os procedimentos de inscrição, os horários de funcionamento e os respetivos preços, sendo que o documento esteve em consulta pública entre o dia oito de maio e oito de junho, não tendo sido apresentadas quaisquer propostas de alteração. Neste sentido, propôs a sua aprovação, bem como a subsequente submissão à Assembleia Municipal e posterior publicação em Diário da República. ----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, sugerindo que, à semelhança da divulgação prevista para o Ginásio Municipal, fosse também promovida uma campanha de divulgação das Piscinas Municipais, através dos canais de comunicação e das redes sociais do Município, uma vez que, se não se der a conhecer à população, as infraestruturas disponíveis para a prática regular de atividade física, a mesma não poderá adotar estilos de vida mais saudáveis. Referiu ainda que, apesar da utilização das piscinas, no âmbito escolar e desportivo, a sua frequência, por parte da população em geral, continua a ser reduzida, entendendo que isso poderá dever-se, em parte, ao desconhecimento das condições de utilização existentes. Nesse sentido, sugeriu um reforço da divulgação dos horários e serviços disponíveis, bem como a ponderação do alargamento dos horários de funcionamento, incluindo períodos, ao final do dia e ao fim de semana, de forma a permitir o acesso a pessoas que, devido aos seus horários laborais, têm atualmente maior dificuldade em usufruir das referidas instalações. –

Relativamente à Piscina Municipal, o Senhor Presidente salientou que se trata de um dos equipamentos com maior utilização por parte das escolas e do Projeto de envelhecimento ativo “Fornos Vida”, encontrando-se ocupada, durante grande parte do dia, sendo que são levadas a efeito, aulas de hidroginástica, destinadas à comunidade, em dois dias da semana, mantendo-se o equipamento disponível, para utilização livre, nos restantes dias. Reconheceu, contudo, a necessidade de reforçar a divulgação das valências da piscina, uma vez que a utilização, em regime livre, continua a registar pouca adesão, sendo que o Município tem procurado encontrar soluções ao nível dos recursos humanos, nomeadamente através da colaboração de profissionais ligados ao Gabinete de Desporto do Município, de forma a alargar a oferta e melhorar o serviço prestado à comunidade. Por último, manifestou concordância com a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador Rui Furtado, no sentido de se

reforçar a comunicação do equipamento, admitindo a criação de canais próprios de divulgação, à semelhança do que está previsto para o Ginásio Municipal, por forma a incentivar a população à prática de Natação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

7-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE ADESÃO E COLABORAÇÃO À REDE NACIONAL DE JOVENS CRIADORES (RNJC), A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERADOR. -----

Considerando que a Associação Cultural Gerador promove a criação da Rede Nacional de Jovens Criadores (RNJC), estrutura colaborativa destinada a valorizar, projetar e ampliar o trabalho desenvolvido pelos municípios e demais entidades na área da juventude e da criação artística. -----

A adesão à RNJC permitirá ao Município integrar uma rede nacional de cooperação dedicada à promoção de jovens criadores, beneficiando de iniciativas de formação, intercâmbio, divulgação, participação em projetos nacionais e internacionais, capacitação técnica das equipas responsáveis e reforço da visibilidade dos projetos culturais municipais. -----

Nos termos do protocolo proposto, a Associação Cultural Gerador compromete-se a desenvolver um conjunto de ações e iniciativas destinadas aos jovens criadores e aos municípios aderentes, incluindo encontros anuais, ações formativas, divulgação de projetos, desenvolvimento de plataforma digital de promoção dos participantes, bem como oportunidades de circulação artística nacional e internacional. ---

Esta adesão à RNJC revela-se plenamente alinhada com os objetivos estratégicos definidos pelo Município na área da juventude, educação, cultura e participação cívica, constantes da Estratégia Municipal de Desenvolvimento, constituindo uma oportunidade relevante para reforçar o posicionamento de Fornos de Algodres enquanto território amigo da juventude e promotor da criatividade. -----

A Estratégia Municipal identifica a juventude como um eixo prioritário de desenvolvimento, promovendo oportunidades de participação, formação, inovação e envolvimento dos jovens na vida comunitária. -----

Assim, submete-se à consideração da Câmara Municipal, a presente proposta de Protocolo de Adesão e Colaboração à Rede Nacional de Jovens Criadores (RNJC) entre o Município de Fornos de Algodres e a Associação Cultural Gerador. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que a proposta em apreciação visa a adesão do Município de Fornos de Algodres a uma rede nacional destinada à promoção e valorização dos Jovens criadores, processo esse que foi acompanhado pela Senhora Vereadora Luísa Gomes. Referiu também que a respetiva integração na Rede, permitirá o acesso a diversas oportunidades, nomeadamente ações de formação, intercâmbios, residências artísticas, divulgação de projetos e participação em iniciativas de âmbito nacional e internacional, o que fará todo o sentido, uma vez que o concelho de Fornos de Algodres dispõe de vários Jovens, com elevado potencial na área

das artes, constituindo assim uma oportunidade relevante para potenciar o seu desenvolvimento e seguir novos percursos de valorização artística. Acrescentou ainda que o valor anual a suportar pelo Município, no âmbito do protocolo em apreciação, é de três mil, setecentos e cinquenta Euros, propondo assim, a sua aprovação. -----

Relativamente à proposta de adesão à rede, promovida pela Associação Cultural "Gerador", a Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra, informando que o Município foi convidado a integrar o grupo de municípios fundadores da referida iniciativa, que reunirá, inicialmente, dez municípios, através da celebração de protocolos de colaboração, sendo que, entre os municípios participantes, se encontram autarquias de grande dimensão, como Lisboa e Porto, tendo a associação manifestado também, interesse em envolver municípios de menor dimensão e do interior do país, nomeadamente, Fornos de Algodres. Salientou ainda que a participação na rede em causa, se enquadra na estratégia municipal de desenvolvimento, dando assim continuidade ao trabalho de envolvimento dos Jovens, já realizado anteriormente, em que foram apresentadas pelos próprios, diversas propostas nas áreas da criatividade e da cultura, pelo que, tal adesão poderá criar oportunidades para os Jovens beneficiarem de apoios, capacitação, intercâmbio e partilha de experiências, com Jovens de outros municípios, incluindo a nível internacional. Acrescentou ainda que a Associação Cultural "Gerador" desenvolve iniciativas de promoção da criatividade jovem, nomeadamente através de uma mostra nacional de Jovens criadores, abrangendo diversas áreas artísticas e culturais, como música, dança, teatro, cinema e literatura, sendo que o investimento associado à participação na rede, é reduzido, face ao potencial de benefícios decorrentes da colaboração e da partilha de conhecimentos. Por último, informou que a formalização da rede, bem como a integração oficial do Município de Fornos de Algodres, na mesma, estão previstas para o mês de setembro, sendo, previamente necessária, a aprovação do presente protocolo, pela Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra referindo que, após a análise do documento, relativo à Associação Cultural "Gerador", pôde constatar que a entidade dispõe de vários polos no país, incluindo um, situado muito próximo do concelho de Fornos de Algodres, o que considerou um aspeto interessante. Manifestou a sua concordância com a celebração do presente protocolo, reconhecendo o potencial interesse da iniciativa para Fornos de Algodres, salientando que a questão financeira não constituía a sua principal preocupação. No entanto, questionou o Executivo Municipal sobre a existência de uma estimativa do número de Jovens do concelho, que poderão vir a beneficiar e participar nas oportunidades proporcionadas pela integração na referida rede, nomeadamente através de candidaturas e projetos, nas áreas da cultura e das artes, considerando assim que seria deveras importante conhecer o impacto efetivo da medida, junto da população jovem. Neste contexto, sublinhou que deveria ser efetuado um levantamento prévio, que permitisse avaliar a sua pertinência e vantagens, relativamente à realidade local, sendo que a adesão poderá ser benéfica, no entanto questionou se foi elaborado algum estudo, ou avaliação, que sustentou a presente proposta de adesão à Rede. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra referindo que, de acordo com os esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Luísa Gomes, a Rede Nacional de Jovens Criadores se encontra em fase de constituição e que a Associação Cultural "Gerador" é uma entidade de natureza privada, tendo neste sentido, manifestado uma apreciação muito positiva relativamente à iniciativa, considerando que a adesão do Município representa uma

oportunidade muito interessante, no âmbito cultural. Acrescentou ainda que o valor associado à participação lhe parece reduzido, tendo em conta a relevância do projeto e o facto de o Município integrar o grupo inicial de entidades fundadoras, composto por um número limitado de municípios, sendo que, na sua opinião, a adesão à Associação “Gerador”, constitui uma decisão acertada e benéfica para a promoção cultural do concelho de Fornos de Algodres. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra, sublinhando que a adesão à Rede Nacional de Jovens Criadores representa uma mais-valia, não apenas para os Jovens, mas também para os próprios Municípios, na medida em que promove a partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas entre técnicos de diferentes Autarquias. Destacou que alguns Municípios possuem já um vasto percurso e experiência, no desenvolvimento de projetos culturais e artísticos, pelo que a referida colaboração poderá contribuir para o reforço de competências e para a aquisição de novos conhecimentos, por parte dos técnicos municipais. Relativamente aos Jovens criadores do concelho, referiu que ainda não foi realizado um contacto direto, uma vez que a integração na rede se encontra em fase de formalização, no entanto, informou que, após a adesão, será desenvolvido um trabalho de divulgação e envolvimento junto dos Jovens, dando a conhecer as oportunidades proporcionadas pela iniciativa, sendo que o Município tem conhecimento prévio da existência de Jovens, com muito interesse e potencial, em áreas como a música, teatro, escrita e outras expressões artísticas, pretendendo estabelecer uma relação mais próxima com os eventuais participantes e promover a sua participação ativa, nos projetos e atividades da Rede. -----

Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Vereador João Gomes referiu que, por vezes, tende-se a ser deveras pragmático e existe uma excessiva valorização da dimensão económica e da sustentabilidade financeira, em detrimento da vertente cultural, salientando que esta desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades, sendo que, uma sociedade pode ser economicamente próspera, mas sem cultura, perde capacidade crítica, criatividade e visão de futuro. Neste sentido, sublinhou a importância de iniciativas que promovam o desenvolvimento cultural, entendendo que estas contribuem para a valorização coletiva da comunidade, no entanto, reconheceu que os municípios do interior enfrentam limitações financeiras e que é necessário estabelecer prioridades, mas considerou que, tratando-se de um investimento de valor reduzido e acessível para o Município, os potenciais benefícios, justificam plenamente a adesão à referida iniciativa, uma vez que este tipo de projetos contribui para a elevação cultural e social da comunidade, constituindo assim uma aposta relevante no futuro do concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, sublinhando que a cultura é frequentemente considerada, o quinto pilar do desenvolvimento sustentável, por constituir um fator essencial de prosperidade, criatividade e inovação, sendo que, o projeto em causa, visa precisamente promover novas abordagens e oportunidades, tanto ao nível do funcionamento interno do Município, como junto da comunidade fornense, proporcionando iniciativas que dificilmente existiriam, de outra forma. Neste contexto, salientou que o valor proposto se revela adequado, face aos benefícios que o projeto irá proporcionar a todos os Jovens fornenses. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

8-PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE FORNOS DE ALGODRES 2026-2027, PARA CONHECIMENTO. -----

Considerando que o Município de Fornos de Algodres integrou o processo de elaboração do Plano Intermunicipal de Integração de Migrantes da CIMRBSE, do qual resultou a elaboração do respetivo Plano Municipal de Integração de Migrantes, enquanto instrumento estratégico de âmbito local. -----

O plano surge num contexto marcado pelos desafios demográficos do território, nomeadamente o envelhecimento populacional, a perda demográfica e a necessidade de reforço da capacidade de atração e fixação de residentes, assumindo a integração de migrantes como uma oportunidade de desenvolvimento económico, social e comunitário. -----

Assim remete-se à Câmara Municipal, para conhecimento, o Plano Municipal de Integração de Migrantes de Fornos de Algodres 2026-2027. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que o documento em causa seria apenas para conhecimento dos presentes, tratando-se do primeiro instrumento municipal, especificamente dedicado à integração da população migrante no concelho de Fornos de Algodres, considerando, neste sentido, o trabalho desenvolvido pela Senhora Vereadora Luísa Gomes, como sendo de grande relevância para a promoção da referida estratégia de integração. Destacou que o Plano se encontra articulado com a estratégia da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela e tem como principal objetivo definir e sistematizar as medidas e ações a desenvolver pelo Município de Fornos de Algodres, no sentido de assegurar uma integração eficaz da população migrante, que reside no concelho de Fornos de Algodres. Sublinhou ainda a importância da migração para a sustentabilidade do concelho, nomeadamente ao nível das empresas, das escolas e do combate ao despovoamento, considerando que a atração de população estrangeira, é indispensável para enfrentar os desafios demográficos do território, pelo que a integração deverá ser uma prioridade municipal, alertando ainda que a ausência de políticas adequadas relativamente a tal matéria, poderá gerar consequências negativas para a comunidade e para o desenvolvimento do concelho de Fornos de Algodres. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra, informando que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes foi elaborado pela mesma empresa responsável pelo Plano Intermunicipal e pelos Planos municipais dos quinze municípios da Comunidade Intermunicipal, facto esse que facilitou o trabalho desenvolvido, devido ao conhecimento prévio da realidade local. Referiu que, para a sua elaboração, foram auscultadas Associações, Técnicos municipais e Eleitos locais, permitindo assim recolher e sistematizar a informação considerada relevante. Prosseguiu informando que o Plano, com vigência para o período de 2026-2027, incide sobretudo nas áreas da coesão social e da interculturalidade, tendo em consideração o trabalho já realizado pelo Município no apoio à

integração de migrantes, sendo que as principais medidas identificadas são, designadamente, a criação e divulgação de informação acessível, o reforço do acompanhamento e da mediação intercultural, a capacitação dos serviços públicos, o levantamento de soluções habitacionais a custos acessíveis, a promoção da integração laboral e da valorização de competências, o desenvolvimento de programas de aprendizagem da língua portuguesa, a realização de iniciativas de participação comunitária e interculturalidade e a implementação de ações de sensibilização para a inclusão e combate à discriminação. Para terminar, acrescentou que o objetivo do Plano em apreciação, é dar continuidade ao trabalho já desenvolvido pelo Município, na área em causa, e prosseguir a implementação das referidas medidas até ao final da sua vigência, em dois mil e vinte e sete. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, manifestando o seu total apoio ao documento apresentado, considerando a integração da população migrante, uma matéria de elevada importância social e económica, sendo que se trata de uma realidade cada vez mais presente no país e no concelho, o que gera a necessidade de o Município estar alinhado com as necessidades das pessoas em causa e com os desafios demográficos e laborais que o país enfrenta. Partilhando a sua experiência pessoal, enquanto empresário agrícola, relatou o contacto frequente com trabalhadores migrantes de diversas nacionalidades, destacando o papel essencial que os mesmos desempenham, em determinados setores de atividade, sublinhando que muitos necessitam de apoio e acompanhamento na sua integração, considerando fundamental que a sociedade esteja preparada para os acolher e apoiar adequadamente. Defendeu ainda que o envelhecimento da população e a escassez de mão de obra, tornam indispensável a integração de cidadãos estrangeiros, tanto para a sustentabilidade da economia como para a manutenção da dinâmica social dos territórios, salientando, neste contexto, a importância de promover uma integração, com as respetivas regras, respeito e inclusão, recordando igualmente a tradição emigrante dos portugueses, que se encontram em todos os cantos do mundo. Concluiu a sua intervenção, elogiando a iniciativa do Município e a preocupação demonstrada relativamente a tal realidade, considerando o documento apresentado um instrumento bastante pertinente e necessário. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

9-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Cortiço e Vila Chã, Dra. Cláudia Farias, usou da palavra, cumprimentando e dando as boas-vindas a todos os presentes, e começou por informar que a presente reunião decorria na “Oficina do Ambiente”, espaço que, em tempos idos, funcionou como Escola Primária, onde teve o privilégio de frequentar o ensino básico, até ao 4.º ano de escolaridade. Referiu que o edifício acolhe, atualmente, uma exposição concebida pelas seniores participantes no projeto “Embaixadores D’Aldeia”, a qual retrata a evolução da antiga escola e das pessoas que por ela passaram, ao longo dos anos, sendo que a referida exposição foi inaugurada no dia vinte e seis de junho, no âmbito da Festa de São Pelágio, Padroeiro de Cortiço, constituindo assim uma iniciativa de valorização da memória coletiva e do património local. -----

Prosseguiu a sua intervenção, manifestando a sua preocupação e tristeza relativamente aos incêndios que afetaram as freguesias de Cortiço e Vila Chã, nos dias sete e oito de agosto, lamentando o impacto causado na paisagem e, sobretudo, nas populações atingidas, que viveram dias de profunda angústia, durante os dias do incêndio e nos dias subsequentes, devido aos reacendimentos que ocorreram, aos quais, foi possível dar uma resposta rápida e eficaz, uma vez que eram de pequena dimensão. Ainda relativamente a esta temática, sublinhou que a Junta de Freguesia iniciou, a partir do dia dez de agosto, um processo de visita às pessoas afetadas, trabalho que ainda se encontra em curso, uma vez que considera fundamental prestar apoio e conforto às populações atingidas, mas também recolher informação, que permita compreender o que correu menos bem, quer ao nível da prevenção, quer ao nível do socorro prestado e do combate aos incêndios, incluindo uma análise crítica da própria atuação da Junta de Freguesia. Salientou ainda que os incêndios continuarão a constituir uma realidade, com a qual o território terá de conviver, sendo, por isso, essencial reforçar a capacidade de prevenção e de resposta, tendo, neste sentido, sublinhado, que as melhores soluções resultam do envolvimento da comunidade e da participação ativa dos cidadãos. Acrescentou ainda que os representantes autárquicos, nem sempre dispõem de toda a informação necessária para compreender a realidade no terreno, sendo muito importante, ouvir os contributos de agricultores, empresários, produtores pecuários e demais habitantes, diretamente afetados, uma vez, que não acredita na visão do “self-made man” nem na visão do “self-made politician”, privilegiando assim o contacto próximo com a população, que permitirá aprender a melhorar a ação pública e a construir respostas mais adequadas às necessidades concretas da comunidade. Prosseguiu, manifestando o seu sincero agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres e dos concelhos limítrofes, pelo empenho e dedicação demonstrados no combate ao incêndio, bem como às Juntas de Freguesia do concelho que, desde os primeiros momentos, prestaram apoio e colaboração, endereçou igualmente uma palavra de reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara e ao Serviço Municipal de Proteção Civil, com quem esteve sempre em contacto, durante a ocorrência, sendo que, na data em que o incêndio deflagrou, se encontrava ausente, com a sua família, razão pela qual apenas conseguiu acompanhar os acontecimentos à distância, durante o primeiro dia, tendo regressado

ao concelho, no dia seguinte. Por fim, destacou o envolvimento da Junta de Freguesia, que, dentro dos meios disponíveis, nomeadamente através da viatura de apoio e do equipamento de combate a incêndios, procurou prestar auxílio e colaborar, sempre que possível, nas operações de resposta à situação. Ainda relativamente a este assunto informou que, através do contacto mantido com as várias pessoas afetadas, nomeadamente com o munícipe Brian Berger, algumas manifestaram, ter sentido falta de maior apoio e acompanhamento, durante a ocorrência, apesar do elevado número de meios mobilizados para o combate às chamas, sendo que, infelizmente, os recursos disponíveis, nem sempre conseguem responder, simultaneamente, a todas as situações, sendo que, na sua opinião, existe margem para melhorar a atuação da Junta de Freguesia e reforçar a articulação entre as diferentes entidades envolvidas, de forma a encontrar soluções mais eficazes para o futuro. No âmbito das preocupações transmitidas pela população, a Senhora Presidente de Junta, destacou a importância da prevenção, nomeadamente, através da manutenção e limpeza dos caminhos rurais e das faixas florestais, sendo que tem sido um trabalho que a Junta de Freguesia tem vindo a desenvolver, mas que tem enfrentado limitações significativas, devido à extensão da rede de caminhos existente e aos reduzidos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis. Neste contexto, defendeu a necessidade de reforçar o investimento nessa área, considerando-a uma prioridade para a proteção do território, para além de que salientou a necessidade de criar acessos e de alargar alguns dos caminhos rurais existentes, permitindo uma intervenção mais eficaz dos meios de socorro. Por último, mencionou igualmente a importância das infraestruturas de abastecimento de água, nomeadamente dos tanques e pontos de água utilizados no apoio ao combate aos incêndios, assunto que também foi identificado pela população, como relevante para o reforço das condições de resposta, em futuras ocorrências, sendo que há duas possibilidades que terão de ser devidamente estudadas e analisadas juntamente com a Câmara Municipal, com o Serviço Municipal de Proteção Civil e com os Bombeiros Voluntários, que se prende com a existência de um baldio, pertencente à Junta de Freguesia, localizado na estrada entre Vila Chã e Muxagata, que poderá reunir condições para a construção de um tanque de armazenamento de água, uma vez que, pela sua localização estratégica, a referida infraestrutura poderia servir não apenas as freguesias de Cortiço e Vila Chã, mas também outras localidades do concelho. Acrescentou ainda que, em Cortiço, na área da Lameira do Covelo, existe igualmente a possibilidade de construir um tanque com dupla utilidade, permitindo assim aproveitar e armazenar as águas da chuva e das nascentes, que se acumulam durante o inverno, naquela zona, o que garantiria uma reserva de água capaz de apoiar o combate a incêndios durante os períodos de maior risco. Prosseguiu informando que, tal como foi inscrito no Orçamento Municipal, seria deveras importante, levar a efeito a operacionalização da Unidade Local de Proteção Civil, salientando, neste sentido, a importância de investir na formação das pessoas, quer dos voluntários que colaboram no combate aos incêndios, quer da população em geral, considerando que muitas vezes os cidadãos não sabem como reagir, ou que comportamentos adotar, perante uma situação de incêndio, pelo que, a sensibilização e a preparação da comunidade, constituem um fator essencial para a segurança das pessoas. Referiu também que, durante o recente incêndio, várias pessoas da freguesia colaboraram voluntariamente nas operações de apoio, sem a devida preparação e sem os meios necessários, sendo que, embora não se tenham registado feridos, a população ficou exposta a vários riscos, o que suscita uma enorme preocupação. Neste

contexto, informou que tem vindo a recolher contributos e testemunhos da população afetada, incluindo residentes estrangeiros, com o objetivo de sistematizar a informação e identificar soluções que permitam reforçar a capacidade de resposta, a futuras ocorrências, para além de que, também manifestou a sua preocupação com os pequenos criadores de ovinos e caprinos, afetados pelos incêndios, muitos dos quais perderam as áreas que asseguravam a alimentação dos seus animais, tendo, neste sentido, demonstrado a sua satisfação por saber que a Câmara Municipal já se encontra a fazer o levantamento dos prejuízos causados e a diligenciar, junto do Governo, a obtenção de apoios financeiros, destinados a auxiliar os lesados. Por fim, manifestou a total disponibilidade da Junta de Freguesia para colaborar com o Município, no trabalho de levantamento e apoio às populações afetadas. -----

A munícipe Luísa Ramos usou da palavra referindo que, na zona da Lameira do Covelo, existiam antigamente dois poços de grande dimensão que asseguravam a rega dos terrenos envolventes, destacando a abundância de água existente naquele local, sendo que a construção de um tanque de armazenamento, permitiria captar e concentrar a água proveniente das nascentes e escorrências da área, garantindo assim, abundância de água, ao longo de todo o ano, para além de que a referida infraestrutura, poderia servir de ponto de abastecimento para os meios aéreos de combate a incêndios, nomeadamente, helicópteros. Chamou também a atenção para o estado de degradação de alguns arruamentos da freguesia, referindo que a via em direção à Rua do Jogo, apresenta inúmeros desníveis, tornando-se difícil a circulação na mesma e manifestou, igualmente, preocupação com o estado da Quelha da Tia Bernarda, junto a uma antiga habitação da sua família, considerando que aquela via se encontra em muito mau estado de conservação, tendo o Senhor Presidente informado que os respetivos projetos já foram elaborados e enviados para a Junta de Freguesia. -----

A Senhora Presidente de Junta, esclareceu que, tanto a Quelha da Tia Bernarda, que faz ligação à Rua do Meio, como a Rua do Depósito, estão sinalizadas para futura intervenção, a curto prazo, sendo que os respetivos projetos já se encontram elaborados, em articulação com o Município de Fornos de Algodres. -----

Outra munícipe informou que, na sequência de um episódio de mau tempo ocorrido no inverno, caiu um muro situado em frente à sua habitação, causando danos na respetiva porta de entrada, tendo, neste sentido, alertado para a situação e manifestado preocupação pelo estado em que o local se encontra, desde a ocorrência, ao que a Senhora Presidente de Junta acrescentou que existe um projeto previsto para a requalificação da referida rua e para a reconstrução do muro que ruiu, sendo que, tal intervenção, implica o alargamento da via e a aquisição de dois terrenos confinantes. Neste contexto, informou que a proposta de aquisição dos respetivos terrenos, foi submetida à Assembleia de Freguesia, sendo que, uma das proprietárias, nomeadamente a Dona Alzira, demonstrou disponibilidade para vender o seu terreno por um valor considerado simbólico, no entanto, indicou que as negociações relativas ao segundo terreno, pertencente ao Senhor José António, residente em São João da Fresta, têm revelado uma maior dificuldade de consenso, pois apesar de se tratar de um terreno de reduzida dimensão e atualmente ao abandono, o valor solicitado pelo proprietário é de três mil e quinhentos Euros, significativamente superior ao montante que a Junta considera razoável, o que tem dificultado a concretização do acordo. Para terminar, sublinhou que a aquisição dos terrenos permitiria executar uma obra de interesse público,

melhorando as condições de circulação e segurança da população, mantendo-se, contudo, as negociações em curso. -----

Face à intervenção da Senhora Presidente de Junta, o Senhor Presidente usou da palavra informando que, na reunião de balanço do recente incêndio, prevista para a segunda semana de setembro, será importante que já exista um levantamento detalhado das necessidades identificadas em cada localidade, sendo que o Serviço Municipal de Proteção Civil deverá ter concluído o trabalho, uma vez que será com base nessa informação que o Município fará a exposição junto do Governo, identificando assim, todas as situações que necessitam de apoio e intervenção. -----

Relativamente à manutenção dos caminhos rurais, informou que o Município está a preparar, para dois mil e sete, o lançamento de um concurso que permita obter ganhos de escala, reduzindo assim os custos, tanto na aquisição de materiais, como na contratação de serviços de manutenção, sendo que a Junta de Freguesia de Cortiço já havia remetido ao Município, a lista das intervenções consideradas prioritárias ao nível de caminhos agrícolas e florestais, aguardando-se que todos os Presidentes de Junta procedam de igual forma, o mais rapidamente possível, uma vez que se trata de um procedimento de grande complexidade, em que a Câmara Municipal será o líder de um consórcio, em que, à posteriori, cada uma das partes terá de assumir as despesas que constam no respetivo caderno de encargos. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente salientou a importância de as Juntas de Freguesia realizarem e remeterem ao Município o levantamento das necessidades de intervenção nos caminhos rurais, uma vez que tal informação é fundamental para permitir uma consulta conjunta ao mercado, possibilitando assim a obtenção de preços mais competitivos do que aqueles que seriam conseguidos através de aquisições isoladas e sem planeamento prévio, sendo quem os custos da manutenção dos caminhos e da aquisição de materiais, poderão ser significativamente reduzidos se a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia atuarem de forma concertada. -----

Relativamente à questão dos pontos de abastecimento de água, para apoio ao combate a incêndios, o Senhor Presidente referiu que a freguesia da Muxagata também pretende criar um novo ponto de água, contudo, foi salientado que os recursos disponíveis não são ilimitados, pelo que será necessário encontrar soluções equilibradas e estrategicamente localizadas, capazes de servir eficazmente as diferentes populações do concelho. Neste sentido, acrescentou que será estritamente necessário, proceder ao planeamento de uma rede de pontos de abastecimento que maximize a sua utilidade operacional e assegure uma cobertura adequada do território, o que garantirá que os investimentos realizados respondam às necessidades das várias freguesias e reforcem a capacidade de resposta, em situações de emergência e, no que concerne às Unidades Locais de Proteção Civil, sublinhou a importância de reforçar os meios disponíveis para o combate aos incêndios, referindo que várias freguesias, já manifestaram interesse em avançar com iniciativas, que permitam dotar os seus agentes de mais e melhores recursos, bem como proporcionar-lhes formação adequada. Neste contexto, recordou ainda o Programa “Aldeia Segura”, considerando que, apesar de ter sido desvalorizado por parte da população, constituiu uma medida relevante na preparação das comunidades para situações de emergência, sendo que, caso o Governo não proceda à sua reativação, o Município deverá ponderar tal possibilidade, uma vez que o referido programa

previa a disponibilização de equipamentos de proteção individual à população, a definição de pontos de concentração, em caso de emergência e a divulgação de orientações sobre os comportamentos a adotar, perante uma situação de incêndio. Para terminar, acrescentou que as referidas ações de sensibilização e informação à população, eram habitualmente realizadas em espaços comunitários, como as igrejas. -----

Relativamente à situação dos criadores de ovinos e caprinos afetados pelos incêndios e à eventual falta de alimento para os animais, o Senhor Presidente apelou para que, qualquer caso de dificuldade, seja prontamente comunicado ao Município, uma vez que é precisamente uma das finalidades do Fundo de Emergência Municipal. Acrescentou ainda que o referido assunto é uma prioridade absoluta para o Município e não poderá haver falhas no apoio às pessoas lesadas pela ocorrência dos incêndios, sendo que, o mecanismo de apoio será célere e ágil, procurando assim, fazer face às necessidades identificadas. -----

O munícipe Joaquim fez referência à Estrada do Rodão, que se encontra em péssimas condições, especialmente no inverno, em que fica completamente alagada, bem como à Estrada que liga Cortiço a Fornos de Algodres, que, também se encontra intransitável, e a necessitar de betuminoso, tendo o Senhor Presidente registado as referidas necessidades. -----

O munícipe Joaquim prosseguiu a sua intervenção, manifestando a sua preocupação com a presença de cães nas ruas da freguesia e com a falta de civismo, por parte de alguns proprietários, referindo a existência frequente de dejetos caninos nos espaços públicos, o que afeta a qualidade de vida da população e dificulta a circulação pedonal. Acrescentou que o problema tem sido recorrente e que, na sua opinião, deveria existir uma maior sensibilização e responsabilização dos donos dos animais, para o cumprimento das suas obrigações. Defendeu ainda que o assunto merecia uma reflexão, por parte das entidades competentes, de forma a encontrar soluções que contribuam para melhorar a higiene e a salubridade dos espaços públicos. -----

Face à intervenção do munícipe Joaquim, a Senhora Presidente de Junta referiu que a matéria em causa não é da alçada da Câmara Municipal, dependendo sobretudo da responsabilidade e da consciência cívica de cada cidadão, sendo que a Junta de Freguesia, tem desenvolvido um excelente trabalho, no que diz respeito à limpeza das ruas e recolha de dejetos de animais. Sublinhou, contudo, que a resolução do problema passa essencialmente pela mudança de comportamentos da população, dando como exemplo, uma situação que observou recentemente no Lugar do Jogo, onde a munícipe Amélia, ao passear o seu cão, procedeu à recolha dos respetivos dejetos, demonstrando o tipo de atitude responsável que deve ser seguido por todos os proprietários de animais. -----

O munícipe Joaquim sublinhou que, infelizmente, nem todos os munícipes atuam da melhor forma, tendo a Senhora Presidente de Junta reiterado que a limpeza dos espaços públicos é assegurada regularmente pelos serviços da Junta de Freguesia, no entanto, referiu que, apesar desse trabalho, existem situações em que, poucas horas após a limpeza, voltam a surgir dejetos caninos na via pública, quer por ação de cães, que circulam livremente, quer devido a alguns proprietários que não procedem à sua recolha. Neste contexto, acrescentou ainda que a Junta de Freguesia pretende substituir os pequenos caixotes de lixo existentes, por equipamentos mais adequados e instalar dispensadores de sacos para recolha de dejetos, em diversos pontos da freguesia, de forma a facilitar a adoção de boas práticas, por parte dos munícipes. Contudo, salientou que a eficácia de tais medidas

dependerá também do sentido de responsabilidade individual de cada cidadão, uma vez que a correta utilização dos equipamentos e a recolha dos dejetos dos animais, constituem deveres cívicos dos proprietários dos animais. Para terminar, o Senhor Presidente sublinhou ter tomado nota de todas as situações reportadas pelos munícipes da Freguesia de Cortiço, por forma a que o Município, juntamente com a Junta de Freguesia, possam dar cumprimento à sua resolução. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes, agradeceu a presença de todos, bem como as sugestões reportadas, em prol da freguesia de Cortiço e do concelho de Fornos de Algodres, declarando assim o término da ordem de trabalhos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara manifestou o seu sincero agradecimento a quem acompanhou a presente reunião, tendo, de seguida, declarado a mesma encerrada, da qual, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)